

# MUSEU JULIO DE CASTILHOS

HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS

ZITA ROSANE POSSAMAI  
ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA  
(ORGANIZADORAS)

Copyright © Dos Autores, 2023.

1º edição - 2023

REVISÃO E PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS: Mauro Meirelles

NORMATIZAÇÃO: Mauro Meirelles

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: Mauro Meirelles

CAPA: Luciana Hoppe

TIRAGEM: 500 exemplares para distribuição on-line.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

M986 Museu Julio de Castilhos: histórias e perspectivas / Zita Rosane Possamai, Ana Celina Figueira da Silva, organizadoras; prefácio de Maria Margaret Lopes. – 1.ed. – Porto Alegre: CirKula, 2023.  
653 p.: il. – (Coleção Artes da Memória)

ISBN: 978-85-7150-060-0

1. Museu Júlio de Castilhos. 2. Museu Júlio de Castilhos – História. 3. Museu. 4. Museologia. 5. Memória. I. Possamai, Zita Rosane. II. Silva, Ana Celina Figueira da Silva. III. Lopes, Maria Margaret. IV Série.

CDU: 069.1(816.5)

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

**DOI: 10.29327/5385334**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@circula.com.br

Loja Virtual: [www.livrariacirkula.com.br](http://www.livrariacirkula.com.br)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 / This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Este livro foi submetido a revisão por pares, conforme exige as regras do Qualis Livros da CAPES.

**COLEÇÃO  
ARTES DA MEMÓRIA**

**PROAP**  
Programa de Apoio à  
Pós-Graduação



# **MUSEU**

## **JULIO DE CASTILHOS**

### **HISTÓRIAS E PERSPECTIVAS**

**ZITA ROSANE POSSAMAI**  
**ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA**  
(ORGANIZADORAS)

  
**cirkula**  
2023

**# 2**

# **O MUSEU COMO LOCUS DE PRODUÇÃO DA HISTÓRIA NACIONAL E REGIONAL: O CASO DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS**

*Luís Armando Peretti  
Marlise M. Giovanaz*

## **Dos museus e coleções<sup>1</sup>**

Tem sido objeto de historiadores e antropólogos nos últimos anos o estudo de *objetos e coleções*, e de seu uso simbólico na construção de identidades pessoais e coletivas na moderna história cultural ocidental. Todos os tipos de objetos são apropriados e expostos em museus e instituições culturais com o objetivo de representar determinada categoria (primitivos, o passado nacional etc.). Os patrimônios culturais podem então ser definidos como a coleção de móveis ou imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas ou coletividades como a nação, o grupo étnico. A posse de determinados bens culturais passa a ser uma das definições da identidade dos grupos. A nação enquanto coleção de indivíduos ou indivíduo coletivo, através da posse de seu patrimônio cultural, ou sua cultura, define sua identidade.

Desta forma percebemos que os bens culturais que pertencem ao chamado patrimônio nacional, estão direta-

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente na **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. 1, n. 2, 2003. A revista era comemorativa aos trabalhos selecionados no IX Salão de Iniciação Científica da instituição. O trabalho aqui escrito se fundamenta nos conteúdos coletados na pesquisa realizada pelo aluno Luís Armando Peretti (in Memória) nos anos de 2002 e 2003 no acervo do Museu Julio de Castilhos e depois analisados conjuntamente com a orientadora.

mente associados ao “passado” e à construção de uma história comum a toda nação. São os bens culturais que garantem a continuidade da nação no tempo. A capacidade de evocar o passado eminente nestes objetos está fundamentada na memória coletiva, na qual estas lembranças estão associadas ao espaço em que se encontram ou ao espaço que representam. O passado da Nação é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva do presente. Este fenômeno é característico da modernidade, com a emergência das comemorações, das festas cívicas, dos monumentos, do folclore, dos mártires e heróis nacionais, um conjunto vasto de tradições é inventado com o objetivo de criar identidades nacionais. Estas comemorações são consideradas parte do passado, e sua posse nos possibilita uma relação de continuidade com este. A crença na autenticidade de seu patrimônio é que fornece o último argumento na construção da identidade cultural, a legitimação pela nação de um bem, classificado como patrimônio nacional, caracteriza e instaura este objeto no passado da nação.

Pierre Nora (1993) coloca que a curiosidade pelos lugares da memória, onde a memória se cristaliza e se refugia, está ligada ao nosso momento particular de História. É o momento do fim dos lugares-memória (igreja, família, Estado etc.) que asseguravam a passagem linear do passado para o futuro, ou do que se deveria reter do passado. Somos uma sociedade que tenta fabricar um presente eterno e a memória constrói referenciais identitários do passado. O autor separa os lugares da memória em dois domínios: os simples, naturais e os ambíguos, artificiais, produtos de abstração. Mas ambos significam lugares materiais, simbólicos e funcionais. Não basta ser um arquivo para ser um lugar de memória, é necessário que ele se vista de um caráter simbólico. A razão funda-

mental para caracterizar um local como lugar de memória é parar o tempo e prender o máximo de significações em um mínimo de sinais. Segundo Nora, os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados.

A partir do século XIX, os monumentos figuraram então como provas documentais da História Nacional, como um fundo comum de valores gerais. O patrimônio estará composto, neste caso, como uma coleção de objetos visíveis que atestam a permanência da identidade coletiva do indivíduo na nação, através de suas transformações históricas. No imaginário social, a noção de patrimônio nasce diretamente ligada ao conceito de identidade nacional, ou seja, na afirmação da permanência de um substrato cultural comum e na negação da decomposição temporal, que é própria da modernidade.

O Museu é uma instituição presente em nossa sociedade desde a civilização grega, mas a formação do conceito que nos é apresentado atualmente vem do Século XIX, que classifica o Museu Histórico como um lugar de homenagem e reverência, de produção de conhecimento e de saber, de exercício e de ostentação de poder. Estes preceitos ainda persistem, em maior ou em menor grau, nas definições contemporâneas de um Museu Histórico. Ele continua sendo o local onde se armazenam coleções de objetos materiais, que definem a identidade de um povo, mesmo representando outras épocas e outras pessoas, eles são os símbolos da civilização, da memória do grupo. Podemos definir o Museu então como o espaço destinado a reverenciar uma determinada memória, uma determinada história, ou seja, aquela que esses museus pretendem mostrar e contar. A atribuição de significado aos objetos do acervo, que os distingue dos demais, está baseada em uma concepção de história orientada pelos eventos e figuras de

exceção – são os grandes homens e os fatos importantes que compõem esta história que é guardada nos museus.

Foi somente na França, com o chamado “Maio de 68”, que esta instituição foi realmente questionada e acusada de armazenar e sacralizar os valores burgueses. Felizmente não se concretizaram as intenções de incendiar os museus europeus, e atualmente nos é possível incorporar aos museus novas e complexas atribuições. Ele continua sendo o espaço de intermediação entre o indivíduo e os objetos materiais, mas agora com uma característica mais presente – a ideia do conhecimento e da documentação via objeto – mesmo que para tanto ele perca a utilidade inicial para a qual foi concebido.

A evocação e celebração da memória continuam obrigatoriamente presentes na instituição, porém agora como objeto de estudo. Podemos definir algumas funções de um museu histórico contemporâneo com a busca do entendimento da construção, do uso e do estudo da chamada memória nacional. Este novo discurso museológico busca superar esta ideia de uma memória única, para se tornar o difusor da pluralidade de memórias como processo de identificação cultural. Um museu não pode ser apenas um memorial para evocar e celebrar a História, mas sim um centro de documentação e de pesquisas, com atuação cultural e educacional que possibilite entender a organização, o funcionamento e as mudanças de uma sociedade.

A proposta deste capítulo é produzir uma investigação sobre a constituição de uma política de preservação patrimonial no Brasil e a participação dos museus como conservadores da memória nacional. Especificamente se propõe a analisar o caso do Museu Julio de Castilhos desde a sua fundação, em 1903, até o ano de 1954, quando este passa por um processo de desmembramento interno. O foco principal da investigação se refere à constituição

do acervo do Museu, sua administração neste período e a forma como o acervo histórico e antropológico foi tratado inicialmente. Este espaço representa um museu regional, que, logo após a morte do então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Julio de Castilhos, passou a sediar-se na sua antiga residência. No ano de 1905, o museu instalou-se na casa da família Castilhos, em uma nobre região da cidade consagrada à política e aos poderes a ela relacionados e nasceu encarregado de guardar a memória do Rio Grande do Sul e o papel do Estado na constituição da nacionalidade brasileira.

Esta instituição foi marcada pela realização de um projeto de desvendamento das principais características da regionalidade e da nação, onde a formação da memória regional significa seu principal desafio. Como instituição consagrada à coleção, preservação, exibição, estudo e interpretação de objetos materiais ligados à história regional, este Museu proporciona uma muito produtiva análise da constituição de uma memória, uma identidade e uma história do país e região. A partir da análise dos Relatórios anuais produzidos como prestação de contas do funcionamento do Museu à Secretaria de Estado ao qual era vinculado, foi possível acompanhar o crescimento do acervo e os principais interesses dos seus diretores nas exposições produzidas. Os regulamentos internos da instituição proporcionaram a possibilidade de acompanhar as políticas internas de seleção e tratamento do acervo. Outros documentos também foram analisados como a Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado no período de 1921-1925 e entre 1927-1930, publicação de caráter científico que procurou divulgar o acervo documental da instituição e as possibilidades de investigação propostas por eles. Apresentamos ainda como meta futura um estudo comparativo entre este Museu, com sua espe-

cificidade regional, com outros museus regionais do país e a forma de constituição destes, possibilitando observar como nos dois casos, a influência das teorias filosóficas e políticas europeias, principalmente francesas, provocaram ações e interpretações que se revelam fundamentais na prática de preservação e da Museologia no Brasil.

A constituição do acervo deste Museu nos possibilita, portanto, a análise dos objetos e coleções classificados como referenciais no processo histórico de nosso estado e país.

### **Pequena História do Museu**

A criação de um Museu do Estado do Rio Grande do Sul já era prevista anteriormente à fundação do Museu agora em estudo, de acordo com Marlene Medaglia Almeida (1983), desde a metade do Século XIX, já se tem notícia da criação de um museu no Estado, que estaria vinculado ao antigo Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. E também existia um Decreto Estadual de n. 1549, de 17-12-1885 que previa a criação de tal instituição. Inferimos então, que quando da fundação do Museu Julio de Castilhos a discussão sobre a necessidade de um museu aqui no Estado não era uma novidade.

Podemos situar o surgimento do primeiro Museu Estadual, a partir da Exposição Agropecuária de 1901, quando o então patriarca do Partido Republicano Riograndense (PRR) Julio de Castilhos, observou uma série de minerais do Estado lá expostos. Coerentes com a política positivista implementada no Estado pelo PRR, começaram a projetar a possibilidade de criar-se uma instituição nos moldes do positivismo comteano e um Museu que divulgasse a pujança natural do Estado. Julio de Castilhos, apesar de não mais ocupar o cargo de Presidente do Estado

percebeu nas coleções minerais expostas na feira, que se realizou no Campo da Redenção, atual Parque Farroupilha, um campo fértil para realizar os estudos científicos tão caros aos seus ideais. Segundo Letícia Nedel (1999), essa é a “versão oficial” registrada. Mas é somente no final da vida de Julio de Castilhos que se consuma o surgimento do Museu do Estado, em 30 de janeiro de 1903 (Decreto n. 589 do Presidente do Estado), sob o mandato de Borges de Medeiros. Inicialmente o acervo ficou em uma sala ao lado da Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre, sendo que, após um curto período de tempo, foi transferido para os galpões da Redenção.

Ao estudarmos a trajetória do Museu, veremos que o ano de 1954, sob a égide do diretor Dante de Laytano, ocorre uma importante ruptura no caráter museográfico da instituição. Até a década de 1920 fica marcado na identidade do Museu seu caráter cientificista, quando se constrói um acervo voltado principalmente para a Mineralogia e a Paleontologia. Isto pode ser demonstrado pelo envio de coleções ao exterior, que pretendiam divulgar as riquezas naturais do Estado. A partir da leitura dos relatórios expedidos pelo diretor Francisco Rodolpho Simch, desde a fundação até o ano de 1925, percebemos que a principal vertente do Museu é a História Natural. Isso fica evidenciado ao analisarmos a formação do acervo inicial do Museu, onde o investimento maior era no financiamento do material mineral e paleontológico. O espaço para a documentação e acervo histórico propriamente representava no princípio um espaço de apresentação de figuras fundadoras da história gaúcha e se compunha unicamente de doações.

Em seu primeiro regulamento, o Museu do Estado do Rio Grande do Sul define seu interesse de acervo.

Artigo 1- Compete ao Museo do Estado: ( )  
6- Colleccionar documentos históricos de qualquer genero.  
7- Estabelecer collecções philatélicas e numismáticas.  
Pg 27 Artigo 2- Os artigos entregues ao Museo serão distribuídos pelas 4 secções seguintes:  
**1 secção de zoologia e botanica.**  
**2 secção de mineralogia, geologia e paleontologia.**  
**3 secção de antropologia e etnologia.**  
**4 secção de sciencias, artes e documentos históricos.**  
( ) Artigo 5 - antropologia e etnografia compreende:  
Inciso 1- Reunião e estudo de todos elementos referentes a antropologia dos incolas primitivos do Brasil e especialmente do RS;  
Artigo 6- A Quarta secção compreende:  
Inc 1- receber e dispor metodicamente todos os productos, recentes ou não, das ciências, das indústrias e artes, que lhe forem confiados.  
Inc 2- catalogar os manuscritos e mais documentos que lhe forem distribuidos.  
Inc 3- ordenar sistematicamente selos, estampilhas, sinetes, emblemas moedas, etc., que o Museo adquirir.<sup>2</sup>

Mesmo compondo uma seção própria foi possível vislumbrar que nos primeiros 25 anos de funcionamento do Museu a quarta seção foi constituída por doações de objetos pelo grupo do partido que estava no governo, representada majoritariamente pelos ilustres líderes positivistas. Segundo colhido nos relatórios anuais produzidos pelo então diretor Francisco Rodolpho Simch, a aquisição de um acervo histórico de maior relevância significaria um ônus muito pesado ao Estado, demonstrando seu apreço pessoal pelas Ciências Naturais, bem como o interesse do grupo a que estava vinculado. Obviamente o Museu fazia campanhas com o objetivo de construir seu acervo em parceria com a sociedade gaúcha, apresentando-se como o lugar de salvaguarda e divulgação da história do Estado. Já as seções de Minera-

---

<sup>2</sup> Regulamento do Museu do Estado do RS, 1903. Acervo do Museu Julio de Castilhos. (Grifo dos Autores).

logia, Paleontologia, Botânica e Geologia conformaram-se como a grande vitrine do Museu, sendo por diversas vezes registrada a compra de novos materiais para serem expostos. Neste primeiro período também foi comum o envio de exposições para o exterior, tendo o objetivo de demonstrar a pujança e possibilidades de exploração mineral e vegetal que o estado oferecia.

Na conformação do acervo histórico deste período, aparecem muitos elementos da população indígena, obras da estatuária missioneira e o acervo de Julio de Castilhos. Junto a isto uma valiosa coleção de moedas, medalhas, armas e documentos da história do Rio Grande do Sul. Todos registram entrada como doação.

No ano de 1920 se deu a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que mais tarde construiria uma importante parceria com o Museu e que também consolidou a História como um campo relevante de estudo dentro do Estado. No ano de 1925 se dá a transferência da documentação histórica que estava alojada junto ao Arquivo Público Estadual para a seção de História Nacional do Museu. Neste momento, assume a diretoria do Museu Alcides Maya, que encerra as visitas públicas ao Museu e restringe seu espaço apenas aos pesquisadores. Esta foi a documentação inicial, enriquecida entre 1925 e 1954, que terminou por constituir o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1954).

Desde os primeiros relatórios do Museu Julio de Castilhos, já era explicitado a necessidade da criação de uma revista, para a publicação dos “trabalhos científicos” realizados nos departamentos do Museu Julio de Castilhos. Em 1921, o Arquivo Público do Rio Grande do Sul lança a Revista do Arquivo Público, que estava diretamente vinculada a sua 2ª seção, o Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. De acordo com nossas perspectivas

é possível inferir que essa revista era estreitamente ligada às figuras de Alcides Maya e de Eduardo Duarte, que era o diretor da 2ª seção do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, isto fica explicitado quando os dois são transferidos para o Museu e a partir de então a publicação passa a ser conjunta. Em outubro de 1925, ocorre a transferência da 2ª seção do Arquivo Público do Rio Grande do Sul para o Museu Julio de Castilhos, que passa para a tutela da Secretaria do Interior e Exterior.

### **Considerações finais**

O principal objetivo deste texto foi analisar a constituição do acervo do Museu Julio de Castilhos e o processo de difusão de conhecimentos empreendido por este. Esta tarefa foi o ponto fundamental da pesquisa e nos possibilitou reconstruir a história do Museu nos seus primeiros 50 anos a partir da documentação interna e do acervo. Os pontos fundamentais que foram observados são: entrada de acervo, política desenvolvida pelos diretores e a atenção dada à quarta seção. Quanto à questão da difusão de conhecimento produzida pelo Museu, ainda é preciso fazer uma análise das exposições do período e também da Revista publicada junto com o Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul (IHGRS).

Foi também a relação estabelecida entre a instituição do Museu e o prédio onde se abriga desde o ano de 1905 uma forma de investigar a relevância delegada ao prédio onde se instalou o Museu e as finalidades abrigadas por este. Foi possível observar pela documentação que, no período inicial, o prédio era considerado por seu diretor como impróprio para a função que deveria exercer, complicando o processo de apresentação das exposições. Outro problema levantado pela documentação

é sobre a manutenção do prédio, que deveria ser feita pelo Estado, porém encontrava-se abandonado segundo afirmavam seus diretores. Podemos afirmar que o Museu permaneceu no prédio fundamentalmente por ter sido a residência de Julio de Castilhos, o que atribuiu uma carga simbólica ao espaço.

Outra preocupação apresentada inicialmente foi a de identificar o discurso desenvolvido pelos dirigentes do Museu que se referissem à identidade regional gaúcha e ao papel deste no âmbito da identidade brasileira. Foi possível registrar que o discurso sobre a identidade gaúcha era mais evidente nas administrações de Alcides Maya e Dante de Laytano, intelectuais ligados ao campo das Ciências Humanas, e que demonstravam uma preocupação clara com a questão histórica e antropológica do Museu, cabe agora produzir um estudo mais elaborado das propostas que cada um colocou e de que forma estas interferiram na postura museológica empreendida no local.

Desde o primeiro momento de criação do projeto de pesquisa que deu origem a este capítulo nos deparamos com a raridade de publicações específicas sobre o Museu Julio de Castilhos. É bem verdade que existe uma vasta produção no campo do regionalismo, porém o material produzido sobre as instituições de formação da memória regional ainda é bastante reduzido. Dentre o referencial bibliográfico consultado, se sobressai a dissertação de mestrado da Letícia Borges Nedel, “Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinquenta”. Apesar de a autora ter centrado o seu estudo sobre um tema e período distintos do objeto aqui proposto, sua análise proporciona o estudo da relação do museu com a construção do imaginário regional. Seu trabalho nos permitiu traçar linhas gerais a respeito da trajetória do Museu Júlio de Castilhos até a década de 1950.

Além de ser o único trabalho desse nível que se refere à instituição em questão, através da sua leitura foi possível identificar outros trabalhos de pesquisa importantes referentes à historiografia gaúcha das décadas de 1920 e 1930.

O primeiro deles é a pesquisa de mestrado da Marlene Medaglia Almeida intitulada “Introdução ao Estudo da Historiografia Sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)” – que identifica as diretrizes básicas da historiografia oficial da época. Outro trabalho que nos serviu de referência foi a pesquisa de doutorado da Ieda Gutfreind (1989) intitulada “A Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975”, onde produz sua análise a partir da identificação de “duas matrizes ideológicas distintas” – o platinismo e o lusitanismo. Esses estudos nos ajudaram a traçar um panorama geral da produção de história regional e nacional no período e identificar a participação do Museu Julio de Castilhos neste processo. Esta discussão historiográfica, ficou marcada pelo confronto entre dois grupos de intelectuais que percebiam as origens históricas do Rio Grande do Sul de formas distintas, por um lado os platinistas, surgidos no Século XIX, que propõem uma relação estreita tanto com os países do Rio da Prata como com o resto das províncias brasileiras, apresentando os povoamentos missioneiros como o momento de fundação da história gaúcha. De outro lado o grupo lusitanista, vinculado à construção da identidade nacional brasileira e que contesta qualquer traço da herança platina na formação da identidade gaúcha. A tendência lusitanista acabou por prevalecer e controlar a produção historiográfica das décadas de 1920 e 1930.

## **Fontes Documentais Consultadas**

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, enviados ao executivo estadual entre os anos de 1900-1903.** [Mimeo]. 1903.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas entre os anos de 1903-1925.** [Mimeo]. 1905.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Relatórios anuais enviados à Secretaria de Estado do Interior e Exterior, entre os anos de 1926-1935.** [Mimeo]. 1935.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Relatórios anuais enviados à Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado, entre os anos de 1935-1952.** [Mimeo]. 1952.

**REVISTAS DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL**, nº 22, 23 e 24 do acervo documental do MUSEU JULIO DE CASTILHOS.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Regimento Interno.** [Mimeo]. 1903.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Regimento Interno.** [Mimeo]. 1907.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Regimento Interno.** [Mimeo]. 1926.

MUSEU JULIO DE CASTILHOS. **Regimento Interno.** [Mimeo]. 1943.

Ofícios avulsos dos Livros de Correspondência Expedida do Acervo MUSEU JULIO DE CASTILHOS.

## Referências

ALMEIDA, M. M. **Introdução ao estudo da historiografia rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-35)**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: UFRGS, 1983.

GUTFREIND, I. A **Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: USP, 1989.

NEDEL, L. B. **Museu Júlio de Castilhos (1952-60): a consolidação de um discurso histórico regionalista**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, pp. 7-28, 1993.